

Qual o Gênero da Escola?

Andréa Souza Carmo Pignaton¹

A escola, como enquanto instituição, pratica e produz diferenças de gênero e outras, como de religião, de etnia, etc. Assim, pode-se dizer que a escola possui gênero e, em seu quantitativo, é feminina.

Desde o final do século XIX, o ensino é um dos setores onde se concentram as mulheres, principalmente na educação infantil e no ensino fundamental.

A feminização do magistério ocorre com a determinação, pelo Estado, da escolaridade obrigatória. A escolarização de massas teve um alto custo em termos econômicos. Para que esse processo fosse levado adiante, seria necessário que os custos diminuíssem e a solução veio com medidas que atingiam os profissionais que preencheriam essas vagas: mão-de-obra barata, baixo poder de negociação, carência de oportunidade de trabalho. Esses foram os aspectos que justificaram o atendimento, pelas mulheres, da demanda de crescimento da rede escolar (Araújo, 1990 e Apple, 1995).

O Estado consegue, então, manter o aumento da rede escolar e níveis salariais baixos diante de uma força de trabalho crescentemente feminina, sem força de negociação perante as relações sociais de poder.

Além das questões econômicas, também havia questões de ordem ideológica. Segundo Araújo (1990), a ideologia do "materialismo" apresenta o gênero feminino, tendo características específicas para o processo educacional. As professoras deveriam ter como modelo as atitudes das mães para com os filhos e daí a construção de uma representação do ensinar com característica feminina.

A escola é recriada tendo como modelo o ambiente familiar e se espera que as professoras tenham atitudes maternas para com as crianças.

Assim, a construção da identidade e do papel das crianças é social e a única pessoa considerada apta para se ocupar delas é a mulher. A condição feminina da mulher lhe dá a paciência, a compreensão, o carinho, a calma e a tranquilidade, como "dotes naturais para estar à frente de uma sala de aula.

A carreira de professora surge como oportunidade para as mulheres que queriam entrar no mercado de trabalho, sem criar divergências com suas atividades domésticas.

A estrutura tradicional da família brasileira centraliza na mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e pela criação dos filhos, mesmo quando ela assume uma atividade produtiva. Assim, a posição da mulher na divisão social e sexual do trabalho é definida a partir de sua função biológica, que a "condiciona" a se ocupar, primordialmente, de afazeres domésticos, que são definidos como secundários e complementares às atividades que desenvolve na esfera produtiva. Dessa forma, existe a legitimação de sua posição subalterna (Araújo, 1990).

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Professora da Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES.

Estado civil, idade e número de filhos são alguns fatores discriminatórios para a entrada da mulher no mercado de trabalho, o que não ocorre com a força de trabalho masculina (Bruschini, 1987).

Enquanto as mulheres lutavam para abrir o mercado de trabalho e mudar as relações patriarcais em casa e fora dela, alguns dos argumentos usados para terem acesso ao magistério como profissão foram extremamente eficazes. Mas isso ocorria às custas de reprodução de elementos ideológicos, que estão justamente nas raízes do controle patriarcal. A ênfase dada à relação entre magistério e domesticidade indicava a mulher para esse posto (Apple, 1995).

Dessa maneira, a forma da família patriarcal combinada às mudanças na divisão social do trabalho no capitalismo, bem como os interesses sociais e econômicos criaram algumas das condições das quais emergiu um tipo particular de magistério: o feminino.

Contudo, a história do trabalho é uma história masculina, como era o magistério antes da entrada da mulher no mercado de trabalho. Com a expansão da rede escolar através da escolarização obrigatória, as mulheres foram empregadas com salários que correspondiam à metade ou a um terço do que era pago aos homens (Apple, 1995). Dessa maneira, o magistério torna-se feminino porque os homens o abandonam ou passam a possuir cargos mais elevados. Surge também, em nível de educação, a divisão sexual do trabalho. A administração escolar, o controle burocrático e a supervisão do trabalho docente eram dados aos homens, e as mulheres lhes eram subordinadas.

A submissão feminina à autoridade masculina e a suposta capacidade masculina de gerir as mulheres foi fazendo da diferença de gênero um meio importante do controle social.

Bruschini (1987, p. 59) nos coloca dados que revelam que “a presença de mulheres maciça nos níveis primário de ensino declina consideravelmente nos mais elevados: as professoras constituem 96% do magistério do 1º grau e 42% do ensino de nível superior”, o que resulta nos baixos salários de professoras em nível fundamental e infantil, porque a oferta de trabalhadoras é muito elevada. No entanto, fazendo-se uma análise por outro ângulo, pode-se perceber que a escola está composta também pelo gênero masculino. Assim, mesmo a mulher estando em grande maioria à frente das salas de aula, os conteúdos, os currículos, o material didático e a linguagem são feitos no masculino. Assim, a escola é atravessada pelos dois gêneros e, como instituição, deve lançar olhares e refletir sobre os sujeitos que circulam, produzem e constroem relações no seu interior.

Deveríamos refletir, também, sobre a importância da presença masculina na educação infantil e no ensino fundamental como forma de demonstração de um real intercâmbio que, de certa forma, desfaria qualquer cristalização de papéis, seja ele feminino, seja masculino.

Referências Bibliográficas

- APPLE, Michael N. **Trabalho docente e textos** : economia e política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre : Artes Médicas, 1995.
- ARAÚJO, Helena Costa G. As mulheres professoras e o ensino estatal. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.15, n.2, p.45-58, jul./dez. 1990.
- BELLOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão** : o descondicionamento da mulher. Petrópolis : Vozes, 1985.